

ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MUSEU VIRTUAL DO QUILOMBO DO CABULA: POSSIBILIDADES E CONEXÕES

HISTORY TEACHING, PATRIMONIAL EDUCATION AND THE VIRTUAL MUSEUM OF THE CABULA QUILOMBO: POSSIBILITIES AND CONNECTIONS

Luciana Conceição de Almeida Martins¹

Resumo: Neste artigo buscou-se discutir a educação patrimonial no ensino de história a partir da análise do Museu Virtual Quilombo do Cabula para identificar se pode contribuir como elemento mediador de aprendizagens para esse debate com intuito de aguçar as atenções para as significações culturais, sociohistóricas e visibilidade de memórias no que se refere aos grupos de resistência negra da Bahia. São amplos os estudos que associam a educação patrimonial, com seu viés interdisciplinar, experiências de visitas e atividades em museus. Nesse sentido, museus virtuais podem apresentar importantes contribuições para a prática de uma educação patrimonial no ensino de história. Primeiro, porque, desperta atenção dos estudantes para a imersão e diálogo em torno do patrimônio cultural em amplo sentido, depois essa articulação pode proporcionar efetivas ações educacionais que desafiam estudantes e professores a pensar o patrimônio articulado a história e memória, numa relação dialógica entre passado e presente.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino de história. Museu Virtual do Quilombo do Cabula.

Abstract: In this article, we sought to discuss heritage education in the teaching of history from the analysis of the Quilombo do Cabula Virtual Museum to identify whether it can contribute as a mediating element of learning to this debate in order to sharpen attention to cultural, socio-historical meanings and visibility of memories with regard to black resistance groups in Bahia. There are extensive studies that associate heritage education, with its interdisciplinary bias, experiences of visits and activities in museums. In this sense, virtual museums can make important contributions to the practice of heritage education in the teaching of history. First, because it awakens students' attention to the immersion and dialogue around cultural heritage in a broad sense, then this articulation can provide effective educational actions that challenge students and teachers to think about heritage articulated to history and memory, in a dialogic relationship between the past and present.

Keywords: Heritage Education. History Teaching. Quilombo do Cabula Virtual Museum.

Introdução

A relação entre a educação patrimonial no ensino de história e a discussão e reflexão sobre museus é aproximada e propicia um amplo debate no sentido de

¹ Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Educação pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Graduada em História pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Leciona no curso de História da UCSal e no Mestrado Profissional em Ensino de História (UNEB). E-mail: luckianas@gmail.com

compreender as potencialidades existentes no âmbito das significações culturais, sociohistóricas e de visibilidade de memórias.

São amplos os estudos que associam a educação patrimonial, enquanto um viés interdisciplinar, com experiências de visitas e atividades em museus, no geral físicos, que também chamamos de convencionais. Para este artigo, o objetivo é destacar as contribuições do museu virtual de resistência negra do quilombo do Cabula para o debate sobre educação patrimonial no ensino de história.

No processo de desenvolvimento do Museu Virtual do Quilombo do Cabula², a preocupação foi dar visibilidade a história sociocultural da Bahia no início do século XIX, por meio de uma usabilidade mais significativa da concepção de museu, cujo nascedouro da temática foi em reuniões com a comunidade, ou seja, a proposta surgiu a partir do diálogo com a população interessada; seu desenvolvimento adquiriu uma abordagem híbrida (academia em parceria com a comunidade) de construção coletiva sobre a história indicada, para atender as demandas da comunidade em questão e dos interessados em geral, a fim de reparar o silenciamento imposto pela história oficial.

Todavia, antes de adentrarmos na discussão sobre educação patrimonial e museus virtuais, refletimos a partir das seguintes problematizações: Qual vínculo entre patrimônio cultural e a história? Qual a compreensão sobre educação patrimonial no ensino de história e como os museus virtuais podem corroborar para este debate? Quais características do Museu Virtual do Quilombo do Cabula podem contribuir para o ensino de história no contexto da educação patrimonial? Na tentativa de responder aos questionamentos mencionados, dividimos o presente artigo em três tópicos que seguem.

² Disponível em: www.museudocabula.com.br

Patrimônio Cultural e seu Vínculo com a História

No Brasil, a concepção de patrimônio histórico é polissêmica, sendo inicialmente considerado pelo Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), de acordo com o decreto lei de n. 25/1937, como bens móveis e imóveis que possuíssem vinculação com “fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (MARTINS, 2015, p.285) e cuja conservação fosse de interesse público. De acordo com Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2006), quando se menciona o termo patrimônio, a primeira referência que se associa é de permanência do passado, da necessidade de resguardar algo significativo no que diz respeito às identidades, que possa ser evocado e não caia no esquecimento. Com base nessa concepção, questiona-se: Como em um país tão extenso quanto o Brasil, fruto de uma matriz populacional e cultural diversificada, pode restringir tanto a noção de patrimônio?

Essa compreensão refletia o contexto sociohistórico do período, bem como a forma como a história era concebida pelos setores intelectuais, logo, fica claro a difusão de pensamentos tradicionais positivistas, que valorizavam a seleção de bens que representassem fatos destacáveis e personagens ilustres, revelando assim uma tentativa de preservação da história e memória direcionada aos interesses de classe, gênero, raça e cor específicas (MARTINS, 2015); (GIL e POSSAMAI, 2014).

Sinais de avanços sobre concepção de patrimônio só passou a ocorrer décadas depois, com a constituinte de 1988 no artigo 216, o qual ampliou a proposta de patrimônio de histórico e artístico para cultural, acrescentando, inclusive, o patrimônio natural. A noção de bens culturais também foi ampliada, sendo considerado além dos de natureza material, os imateriais. Logo, passam a constituir patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I- As formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;

- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (MARTINS, 2015, p. 287).

A partir dessa nova configuração e entendimento ampliado sobre patrimônio cultural, muda-se, paulatinamente, a forma de lidar da sociedade em consonância com a pluralidade cultural que apresenta e a partir do seu vasto repertório de legados, que “na esteira das práticas mundiais, a democratização da memória social, contemplando o estudo de minorias outrora esquecidas, ampliava espaços, objetos, grupos sociais, saberes, fazeres do universo de representações do patrimônio cultural brasileiro”. (MARTINS, 2015, p.287).

Com isso, já não bastava apenas a validação e análise técnica no trato com o patrimônio, pois a investigação histórica e o historiógrafo do patrimônio passaram a ganhar mais espaço no sentido em que se ampliaram as investigações e usos metodológicos mais apurados sobre os bens, principalmente, os de natureza imaterial. O foco das atenções já não estava somente na recuperação física, mas também na apropriação social com análises mais aprofundadas, contextualizadas e significativas. Se por um lado a história deixa o patrimônio como legado, por outro, o estudo sobre o patrimônio cultural, que também é utilizado como fonte/documento para os estudos históricos, contribuiu e contribui para desvelar a história e memória aos sujeitos da contemporaneidade, eis o contexto propício para discussão sobre a educação patrimonial.

Educação Patrimonial, Memória e Ensino de História

Em seus princípios e diretrizes conceituais, a educação patrimonial encontra-se voltada para projetos e práticas educativas que mobilizem os sujeitos sociais à preservação do patrimônio cultural. Assim, de acordo com a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN),

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado

socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO, et.al, 2014, p.19).

A compreensão supracitada amplia o escopo quando apresenta premissas conceituais, tais como: A participação efetiva e colaborativa das comunidades em todo processo educativo, desde a formulação do projeto até a execução das atividades. Isso significa que a contribuição comunitária não se limita apenas a fase de pesquisas, mas deve-se engajar como coautores da construção, pois, considera-se que os sujeitos sociais são os produtores dos saberes e portadores de importantes elementos para o desvelar da memória social e, portanto, os que melhores reconhecem suas referências culturais. Trata-se da defesa por uma construção de educação patrimonial coletiva e democrática. (FLORÊNCIO, et.al, 2014).

Outra premissa defendida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é que os bens culturais estejam inseridos nos espaços de vivências dos sujeitos sociais. Isso significa dizer que os bens culturais elencados para serem trabalhados, deverão ser identificados e significativos para a comunidade, a fim de “fortalecer os vínculos das comunidades com seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens” (FLORÊNCIO, et.al, 2014, p.20). Em continuidade, outras premissas são elencadas e explicitadas, como a percepção da Educação Patrimonial como elemento de mediação no processo de construção do conhecimento, conceber o patrimônio cultural como um campo em constante conflito e a defesa de que o território também é um espaço educativo.

Conforme pode ser analisado, pelo texto oficial do IPHAN, a Educação patrimonial não se limita a ser aplicada ao ensino formal, pois assume um âmbito maior de atuação, embora, neste artigo, vamos considerar justamente o eixo básico que se refere a sua inserção no ensino formal. Por outro lado, com base nessa compreensão do

texto oficial, as políticas e esforços quanto à educação patrimonial estão direcionadas a proposta de valorização e preservação do patrimônio cultural. Seria essa proposta satisfatória para o ensino de história ou faz-se necessário uma educação patrimonial com abordagem mais arrojada e problematizadora?

O espaço da escola e o chão da sala de aula fornece um encontro profícuo, mas também conflituosos para as ações direcionadas ao trabalho com patrimônio. Conflituoso ressaltando que não há devida formação de profissionais para que atuem adequadamente na sala de aula a partir desse diálogo da história, memória e patrimônio cultural. Considera-se também que as escolas, principalmente, da rede pública, carecem de investimentos e projetos advindos dos poderes públicos para que seja possível ultrapassar seus muros e visitar espaços culturais ou mesmo explorar o território local. Não há preocupação dos poderes públicos em investir tempo para pesquisas dos docentes e a própria base curricular e exigência de cumprimento do conteúdo programático, pouco contemplam atividades que abarquem o patrimônio cultural. Em suma, trabalhar com educação patrimonial no ensino de história, sobretudo, em instituições públicas, é resistir ao sistema imposto e acreditar na possibilidade de transformação por meio da educação.

Com base nessa perspectiva da resistência em prol de um ensino de história mais profícuo e na defesa de uma abordagem de educação patrimonial de lastro democrático e dialógico, concordamos com os autores Átila Bezerra Tolentino (2016) e Carmem Zeli de Vargas Gil (2021); (2014), quando apresentam uma compreensão concebida a partir da noção de referências culturais produzidas, identificadas e significadas pelos sujeitos sociohistóricos.

Tolentino (2016), na tentativa de desvelar “o que não é educação patrimonial” fora da base democrática e dialógica, defende que a Educação Patrimonial não é uma metodologia ou instrumento para alfabetizar culturalmente os sujeitos sociais, porque, não se trata de proposta de “transmissão de conhecimentos”. O autor afirma que para essa modalidade democrática, dialógica e colaborativa, a educação patrimonial é um

processo, isso é, pode-se utilizar de variadas metodologias que considerem as peculiaridades e especificidades de cada situação de ensino, público e espaço de trabalho.

As pesquisadoras Carmem Gil e Zita Rosane Possamai (2014), apresentam a compreensão da educação patrimonial mais aproximada à realidade do ensino de história, destacando seu valor enquanto práticas educativas em torno do patrimônio cultural em amplo sentido. Os bens culturais são pontos de partida para ativar memória das heranças culturais, bem como ações educacionais. Se, inicialmente, a proposta de significar o patrimônio teve a finalidade preservacionista dos bens culturais edificados, na qual a educação é encarada como consequência dessas propostas, mais recente o escopo se amplia para projetos mais arrojados com efetivas ações educacionais que desafiam estudantes e professores a pensar o patrimônio articulado a história e memória, num diálogo entre passado e presente (GIL e POSSAMAI, 2014).

Sob essa perspectiva, a história refere-se aos diálogos articulados entre presente e passado a partir da organização, interpretação do historiador diante da interrogação dos vestígios, contextos e situações a que tem disponível, utilizando-se de aportes teóricos e metodológicos. Enquanto a memória diz respeito ao que foi vivido, experimentado e preservado. Cabe à memória significar o passado no tempo presente (MARTINS, 2017).

Caracteriza-se comumente a memória como um espaço repositório que no passado registrou, arquivou informações, conhecimentos e experiências para então reproduzi-las no presente. Diferente dessa acepção, o historiador Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1992) afirma ser impossível o resgate da memória, argumentando que o exercício da socialização da memória se traduz em um trabalho dinâmico de construções e reconstruções. Nesse sentido, a memória está imersa na dinâmica social, portanto, desautorizada a reconstituir ou mesmo representar um repositório do passado. Além disso, da ocasião da apreensão pelos sujeitos até a significação no tempo presente,

corre-se o risco da ocorrência de instabilidades e entraves, elencadas pelo autor enquanto desgastes, esquecimentos e imprecisões.

Essa mesma linha de reflexão é seguida pela historiadora Carmem Gil (2021) que, ao direcionar sua análise à compreensão do uso dos recursos da memória no ensino de história, destaca sua importância como um documento, não para ser resgatada ou contar com seus fragmentos, mas para aproximar situações ocorridas no passado, logo,

O que interessa quando falamos das questões referentes à memória é, indubitavelmente, "o sentido do acontecimento", quer dizer, interpretar o passado, colocando-o em diálogo permanente com o presente. Em outra perspectiva, é possível pensar a incorporação da materialidade do passado, ou que sentido têm no presente objetos e ruínas do que ficou do passado, ou, ainda, acompanhado as mobilizações de 2020 e 2021, o que fazer com as estátuas e monumentos símbolos da opressão (GIL, 2021, p. 02).

Concordando com os/as autores/as, chega-se ao entendimento que, de fato, não há esse resgate, mas sim uma significação do vivenciado na dinâmica social do presente. Todavia, as compreensões, as críticas, as identificações ou não com esses elementos do passado, contribuem para a construção da conscientização histórica.

Partindo desse pressuposto, observa-se que, embora a história e memória representem campos diferentes, elas se implicam, pois, se a história faz uso da memória como um dos objetos de estudo elementar de elaboração histórica, também a memória atua significando e complementando a história, conforme infere Jacques Le Goff, ao comentar a produção ambígua intitulada: *"Déprofessionnaliser l'Histoire"* do historiador inglês Ralph Samuel,

Se ele pretende que o recurso à história oral, às biografias, à história subjetiva amplie a base do trabalho científico e chegue a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um dos grandes progressos da produção histórica. Se, pelo contrário, quer colocar no mesmo plano 'produção autobiográfica' e 'produção profissional', acrescentando que 'a prática profissional não constitui nem um monopólio nem uma garantia', a afirmação parece-me perigosa (LE GOFF, 2003, p.50).

Na reflexão do autor, são evidenciadas algumas estratégias e recursos utilizados para evocar a memória como oralidade, autobiografia, a história subjetiva, acrescenta-se outros exemplos como fotografia, vídeos, ritmos, ritos, relatos e impressões textuais, normas comportamentais (tradição – memória exteriorizada como modelo), desenhos e/ou pinturas. Tais estratégias são evocadas no intuito de complementaridade, de parceria na produção, de amplitude e enriquecimento ao trabalho científico e mesmo no setor de projetos no contexto escolar do ensino de história, de forma que muitas vezes se modifica a imagem do passado. As contribuições da memória para a produção histórica e trabalhos em sala de aula são essenciais e, em alguns casos, coautorais. Porém, é imperativa a atuação e organização própria do profissional historiador e/ou do professor.

Os encontros produtivos entre história e memória no processo da educação patrimonial podem ser potencializados a partir das visitas e imersões em museus. Neste artigo, direcionamos análise aos museus virtuais, em especial ao Museu Virtual em 3D do Quilombo do Cabula.

Museu Virtual do Quilombo do Cabula como Elemento de Mediação para a Educação Patrimonial no Ensino de História

O museu é um espaço difusor do patrimônio cultural e, conseqüentemente, da história e memória. De acordo com o autor Mário Chagas (2013), museu, patrimônio e educação são campos distintos e configuram campos independentes, mas complementares. Em diversos momentos, o campo museal contém e abarca o campo patrimonial e vice-versa, em suma, “são campos de tensão e intensão” (CHAGAS, 2013, p.28).

Não à toa, conforme já foi discutido nesse texto, os patrimônios e museus não devem ser romantizados, pois, são espaços que comunicam a ideologia e poder de classes sociais, de etnias e de gerações (MENESES, 2000), mas, segundo Chagas (2013, p.31), também podem funcionar como “pontes, janelas ou portas poéticas que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar”, uma vez que, são dispositivos

narrativos, servem para contar histórias, para fazer a mediação entre diferentes tempos, pessoas e grupos.

A partir dessa compreensão, entende-se por museus virtuais os espaços de mediação conectados em rede que proporcionam a efetivação de ações museológicas, como a socialização de acervos ou coleções digitais, experimentos de vivências em contextos e situações sociais que poderão ser conflituosas ou não, e aspectos da cultura de grupos sociais. Sua virtualização privilegia a comunicação, de tal maneira, que a interatividade se torna parte integrante dessas ações museológicas.

Nesse sentido, aquele sujeito que visita o museu não assume apenas a postura de visitante, mas de participante ou colaborador (MARTINS, 2017). Os museus virtuais assumem características diferentes dos museus convencionais, como podemos observar no quadro que segue:

Quadro 01- Diferenças entre museus convencionais físicos e virtuais

CARACTERIZAÇÃO	MUSEU CONVENCIONAL	MUSEU VIRTUAL
Quanto ao espaço	Situa-se em um tradicional espaço físico, com uma estrutura às vezes contextual e outras não contextuais.	Ambiente virtual, que contribui para imergir na história. Além disso, as amplitudes de significados vão além de uma delimitação espacial estrutural.
Quanto aos Acervos	Acervos de objetos tangíveis que expressavam a história, ora com informações articuladas, ora com fragmentos que demandam um esforço interpretativo e de conhecimento prévio mais apurado. Atualmente, existem museus físicos que apresentam aspectos do patrimônio cultural com auxílio digital.	Além dos objetos que compõem um acervo, sejam esses as reproduções do real ou essencialmente virtuais, passa-se também a trabalhar como informação e comunicação. Não obstante, é imperioso a reconfiguração da relação entre público e patrimônio.
Quanto à aplicabilidade no ensino.	Possibilita experiência de campo inusitada, mas demanda logística, investimento financeiro para a saída a campo e, pedagogicamente, um esforço interpretativo e de conhecimento prévio mais apurado.	As visitas tornam-se mais acessíveis, isso porque a virtualização proporciona ao estudante uma relação inusitada com o tempo e espaço, a fim de romper barreiras de ordem geográfica, sem necessitar de deslocamento para um espaço físico específico. Pedagogicamente pode-se acessar, visitar, imergir e ajudar a construir histórias sem sair do próprio espaço de

		convívio, e na hora disponível, pois a virtualidade possibilita essa flexibilidade.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Embora com características diferentes, mas complementares, podemos afirmar que tanto os projetos direcionados às produções que contemplem visitas em museu convencionais físicos quanto virtuais, são essenciais para a educação patrimonial no ensino de história, no sentido em que instigue uma exploração desses espaços com criticidade, relações dialógicas do passado com o presente, ou seja, significando a experiência de imersão e sendo subsidiado por um projeto pedagógico consistente que vislumbre trabalhar a memória coletiva numa proposta socioconstrutiva.

Com efeito, não é demasiado supor que o Museu Virtual em 3D do Quilombo do Cabula (MVQC) pode potencializar ricas reflexões e produções no campo da educação patrimonial. O referido museu é uma solução mediadora de aprendizagem que tem por objetivo significar e dar visibilidade a história e memória de resistência negra, no final do período colonial, em uma das maiores áreas localizada no Miolo da cidade do Salvador, que atualmente abriga inúmeros bairros tradicionais, cuja população é majoritariamente composta por homens e mulheres negras que herdaram características socioculturais dessa ancestralidade.

Em sua estrutura para visitas, o MVQC apresenta três partes que se interconectam: O percurso do contexto sociohistórico, o trajeto em meio a vivência e aspectos do cotidiano no quilombo e, por fim, um vídeo que demonstra a tentativa de desarticulação do quilombo pelas autoridades baiana da época.

Concernente à primeira parte do MVQC, isto é, ao contexto sociohistórico, defendemos que os espaços de resistência quilombola, em sua maioria, não se encontravam desconexos aos núcleos urbanizados. Em meio a isso, foi necessária uma atenção especial a fim de pensar de forma holística sobre o tema. Isso significa que a proposta de estudo, no desenvolvimento do museu, foi construída para integrar ambiente, acervos e sujeitos sociais.

Destarte, quando o visitante/estudante imerge no museu, logo, passa a ter contato com o cenário da Cidade do Salvador no início do século XIX, no qual o acervo patrimonial reflete um trecho da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, peculiar por ter umas das maiores áreas e possuir dois distritos: O primeiro pertencente a delimitação urbana, com cenário, sujeitos e acervos que refletem a sociedade senhorial do período. O segundo ruralizado, com suas áreas ocupadas, majoritariamente, por negros libertos da escravidão, que apresentam ao visitante, aspectos da cultura de matriz africana, bem como, suas estratégias de sobrevivência em meio à sociedade escravagista. São duas versões de patrimônios culturais diferentes, ao mesmo tempo, historicamente conectadas, conforme podemos observar nas imagens abaixo.

Figura 1. Aspectos do Contexto: Imagens do primeiro e segundo distrito da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo

Cenário Primeiro distrito



Cenário Segundo distrito



Fonte: Museu Virtual do Quilombo do Cabula (2017)

Transitar pelo contexto sociohistórico que conduz ao espaço do quilombo, dialogando com as personagens que lançam questões problemáticas para fazer o visitante/estudante refletir sobre sua contemporaneidade, é experimentar e compreender as camadas da história relacionadas a grupos e espaços subjugados pela sociedade baiana durante séculos. Entende-se, sobretudo, os indícios sobre o processo de periferização da Cidade do Salvador.

Ao chegar ao espaço do quilombo do Cabula, o visitante/estudante estará em contato não só com personagens escravizados fugidos dos seus senhores, mas também

libertos que os acolhiam. Poderão conhecer as tecnologias sociais utilizadas para sobrevivência, suas formas de habitação, aspectos da cultura como as características dos festejos, da religiosidade de matriz africana, práticas cotidianas, dentre outros. O museu possui um acervo significativo e pode ser visitado por meio do link já mencionado, para exemplificar apresentamos as imagens que seguem

Figura 2. Aspectos da vivência no quilombo do Cabula

Religiosidade



Festejos



Espaço interno das habitações



Práticas cotidianas



Fonte: Museu Virtual do Quilombo do Cabula (2017)

Para conseguir modelar os aspectos de vivência da comunidade quilombola, foi preciso um estudo historiográfico aprofundado. Todavia, as fontes históricas como documentos oficiais e as referências bibliográficas, foram insuficientes para a organização e constituição do acervo museológico, incluindo cenário, peças e personagens. Nesse caso, foi imprescindível a evocação da memória de antigos

residentes do Cabula, a busca por compreender as tradições próprias desse tempo histórico, abarcando os meios de vivências das camadas sociais em voga, o auxílio da leitura aos memorialistas e recorreremos também a imagens e desenhos que representavam esse início do século XIX.

Como pode ser observada, a preocupação não esteve direcionada apenas para exposição do acervo material, com seus bens móveis e imóveis e acervo imaterial do início do século XIX. A inquietação foi por significar o acervo no cenário e paisagem que o acolhia e dava sentido a sua existência. Não obstante, mesmo no processo de desenvolvimento, muitos visitantes, como uma proposta de melhoria do museu, requisitaram um espaço/*link* em que fosse possível a visualização atual das localidades. Consideramos isso uma ação de diálogo passado e presente, bem como de resignificação a partir da compreensão sobre as camadas da história.

Dando continuidade a apresentação das partes que constituem o MVQC, a terceira e última é o desfecho da visita, com socialização de um vídeo explicativo sobre como ocorreu a tentativa de desarticulação da comunidade quilombola do Cabula, ressaltando que a força da resistência de homens e mulheres que foram escravizados e das sociabilidades de libertos não nos permite informar que houve um fim, mas que a localidade do Cabula, historicamente, representou e ainda representa um espaço de resistência sociocultural negra.

Diante do exposto, vamos retornar ao objetivo deste texto e, assim, questionamos: Quais as contribuições possíveis do museu virtual de resistência negra do quilombo do Cabula para o debate sobre educação patrimonial no ensino de história?

Já deixamos evidenciado que, na nossa compreensão, a educação patrimonial não é uma metodologia, mas abre um leque de possibilidades para variadas abordagens metodológicas. Nesse sentido, o esforço empreendido aqui foi elencar características presentes no museu que poderão contribuir para o ensino de história no contexto de uma educação patrimonial.

São variados os elementos que podem instigar, durante a visitação, ao desenvolvimento de atividades socioconstrutivas. Iniciamos pela cuidadosa socialização de informações históricas sobre os acervos apresentados do patrimônio material digitalizado, como as edificações, fonte d'água, hortas, habitações, dentre outros. Também do acervo imaterial, como a musicalidade/ritmos – batuque dos negros, manifestações da religiosidade de matriz africana, festejos, práticas cotidianas, dentre outros.

Além da obtenção das informações, os professores poderão lançar mão de projetos e atividades que incluam os relatos de memórias de antigos moradores do Cabula, fontes históricas documentais transcritas que foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), bem como imagens dos locais na contemporaneidade, todos expostos ao longo do trajeto do museu. Esses elementos possibilitam que o professor possa desenvolver atividades em sala com fontes históricas sem desconectá-las do contexto e cenários em que foram produzidas.

Por fim, mencionamos o elemento de construção e problematização histórica presentes nos diálogos com as personagens do museu. Em cada diálogo, além da informação, são levantadas questões problemas que são lançadas aos visitantes, instigando assim a prática da pesquisa e a reflexão sobre a realidade patrimonial de cada sujeito.

Considerações Finais

A partir das discussões apresentadas neste artigo, chegamos à conclusão de que museus virtuais podem apresentar importantes contribuições para a prática de uma educação patrimonial no ensino de história. Primeiro, porque, desperta atenção dos estudantes para a imersão e diálogo em torno do patrimônio cultural em amplo sentido, depois porque essa articulação pode proporcionar efetivas ações educacionais que

desafiam estudantes e professores a pensar o patrimônio articulado a história e memória, numa relação dialógica entre passado e presente.

No caso específico do MVQC, os objetos históricos do acervo não são tangíveis, mas compõem uma representação e aproximação do que existiu baseado nos relatos de memórias, nas imagens que também são dados da memória e nos confrontos e aproximações coerentes com a documentação histórica. Ao mesmo tempo em que o MVQC poderá se comportar como uma expressão da memória local, seja para utilização em instituições de ensino ou associações comunitárias, também tem potencialidade para funcionar como “repositório” de outras memórias, e até motivar atividades e construções sobre memória.

Em meio a esse debate, urge a consciência de que para o ensino de história no contexto da educação patrimonial, não concebe mais um museu histórico como uma instituição voltada apenas para depósito de objetos ou relíquias sem contextualização. É imprescindível o despertar dos alunos para capacidade que os museus têm de proporcionar vivências de sujeitos do presente com ambientes, situações, contextos, coleções e também com personagens históricos. Nesse caso, sendo utilizada uma simulação em 3D, aproxima e de fato media o diálogo entre visitantes do presente e personagens e cenários do passado.

Por fim, o trabalho do docente com museu se torna mais significativo, quando se busca compreender problemas históricos concretos, que contribuem para emergência da memória através de um recorte temporal e espacial em relação ao tema.

Referências

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (ORG). *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba (IPHANPB). João Pessoa: IPHAN, 2013. (Caderno temático 3). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

FERREIRA, Maria Letícia M. *Patrimônio: Discutindo alguns conceitos*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 27 de abr. 2022.

FLORENCIO, Sonia R. *et al.* Princípios e diretrizes conceituais. In: *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 12 jan. de 2022.

GIL, Carmem Zeli de V.; POSSAMAI, Zita Rosane. *Educação patrimonial: Percursos, concepções e apropriações*. MOUSEION, Canos, n.19, dez, 2014. P.13-26. ISSN 1981 – 7207. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1874>. Acesso em: 12 jan. de 2022.

GIL, Carmem Zeli de V. Educação Patrimonial no Ensino de história: Reconhecer, Valorizar e Reparar. *Palavras ABEHrtas*, n. 4, out. 2021. Disponível em: <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/38>. Acesso em: 12 jan. de 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão [et.al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora. 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia Regina (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2015. pp. 281-305.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. *História Pública do Quilombo Cabula: Representações de resistência em museu virtual 3D aplicada a mobilização do turismo de base comunitária*. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação da Bahia, Salvador/Bahia, 2017.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Para que serve um Museu Histórico? Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?_id=001268706. Acesso em: 15 de dez. 2021.

_____ Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras. Educação e Patrimônio. Histórico-Cultural*. N.27. p.91-101, Edição Jan/Jun. 2000.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra e OLIVEIRA, Emanuel. *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*, João Pessoa: IPHANPB,

Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno temático 05). Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

Recebido em maio 2022
Aceito em junho de 2022